



Anais da Assembléia

N.º 149

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 1980

ANO VI

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 148.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 1980

SEXTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Basílio Zanusso, secretariada pelos Srs. Deputados Gilberto Carvalho e Gabriel Manoel.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Lineu Turra, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adelberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Nestor Baptista e Nilso Sguarezi. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTO:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ordem do Dia da próxima sessão, do Projeto de Lei n.º 65/79, de sua autoria, em regime de urgência e que dispõe sobre a aposentadoria e pensão dos Serventuários da Justiça do Estado e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1980.

(aa) GILBERTO CARVALHO,
AUGUSTO CARNEIRO,
ANTÔNIO FACCI e
FRANCISCO ESCORSIN.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 177/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "Grupo Espírita ANNA FRANCO", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1980.

(a) GILBERTO CARVALHO.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública é uma organização de fins filantrópicos e que visa prestar assistência social, de acordo com os objetivos estatutários, à comunidade de nossa Capital.

A documentação que anexamos ao processo, comprovam o preenchimento dos requisitos essenciais previstos em lei que regulam em nosso Estado o Estatuto da utilidade pública.

Com isso apresentamos o presente projeto de lei que esperamos irá contar com a aprovação e o apoio dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nos últimos tempos profissionais da área da saúde têm reiterado reivindicações às autoridades competentes, solicitando estudos com vistas à equiparação com outras categorias de nível superior.

Sabemos que existem sérias dificuldades para este desiderato.

Sempre que possível, porém, as oportunidades devem ser iguais entre categorias profissionais assemelhadas, para que prevaleça os melhores princípios de justiça, por isso causa-nos muita preocupação, um ponto do proposto plano de reclassificação do funcionalismo público, que dificulta esta paridade.

Refiro-me à prevista obrigatoriedade de jornadas semanais de trabalho de 20 horas para os médicos, e de 30 horas para os cirurgiões dentistas e farmacêuticos, com reflexos nos respectivos vencimentos.

Assim, por questão de equidade, e como integrante da classe farmacêutica, solidarizando-me com os dinâmicos funcionários que tanto colaboram para a saúde do povo, representados nesta oportunidade pela Comissão que temos a honra de acolher nesta Casa, associo-me ao apelo que se faz ao Exce-lentíssimo Senhor Governador Ney Braga, que sempre tem demonstrado sensibilidade em assuntos desta natureza, no sentido de ser analisada a possibilidade de emenda facultando a prestação de serviços em jornada de trabalho de 40 horas semanais, como ocorre com outros profissionais.

Desta forma, se viabilizaria uma remuneração melhor àqueles que pretendem dedicar mais tempo às funções públicas.

Por essas razões, encaminho à Mesa um requerimento neste sentido, para a aprovação do qual solicito o apoio dos nobres integrantes desta Casa. (Lê):

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Governador Ney Braga encarecendo estudos com vistas a possibilitar aos médicos, cirurgiões-dentistas e farmacêuticos, a opção pela jornada de trabalho de 40 horas semanais, equiparando-os, assim aos direitos assegurados aos demais funcionários da área universitária.

A sugestão ora apresentada baseia-se no fato de que no Plano de Reclassificação os médicos ficam restritos à jornada de 20 horas semanais e os cirurgiões-dentistas e farmacêuticos à jornada de 30 horas semanais com reflexos nos vencimentos que, conseqüentemente, ficam limitados, embora a disposição de muitos profissionais em se dedicarem à função pública.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1.980."

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos, inscrito.

Tendo declinado, concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Voltamos novamente a esta tribuna, apenas para uma observação em que concerne ao problema dos suinocultores paranaenses, catarinenses e gaúchos, que estão a sofrer, na sua carne, o preço da carne.

Então, hoje, vemos ameaçados esses homens que não têm sindicatos, esses homens que não são protegidos por um sistema que beneficiam outras classes.

Lembro a esses homens que a única maneira que teriam, seria fazer um boicote para o problema de sobrevivência; e vemos a insensibilidade do Sr. Ministro do Planejamento, a insensibilidade do Sr. Ministro da Agricultura, onde expõem às classes políticas, tanto da Situação quanto da Oposição, ao marginalizar o homem que luta para que esse grande País seja uma célula de progresso, para que esse País seja uma célula de desenvolvimento e de produção agrícola.

Vemos, Sr. Presidente, hoje, os suinocultores ameaçados pelo próprio Exército dessa grande Nação, ameaçados quando numa reivindicação justa, quando o Sr. Ministro do Planejamento não observa o esquema para que se produza o essencial, que é a carne.

Quando se diz que "o porco está no pé do gado", porque o boi, lá em cima, tem a proteção dos soberanos e dos grandiosos desta Nação, os nossos suinocultores do Norte Pioneiro, hoje, estão tendo prejuízos, porque o Sr. Ministro do Planejamento, ilustre Delfim Neto, não teve a sensibilidade de olhar para o preço da ração, para o preço da sobrevivência, onde o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, são os produtores que poderão perfeitamente exportar e trazer divisas para este Estado.

Vemos os suinocultores do Paraná, jogados à sua própria sorte e ameaçados de prisão.

Faço uma pergunta ao Sr. Presidente, aos Srs. Deputados e ao povo do Paraná. Onde está a lei de compensação para os homens que trabalham?

Onde está a lei de compensação para os homens desprotegidos que apenas têm como insigne, que apenas têm para mostrar ao nosso Governo Federal, ao insensível Ministro do Planejamento suas mãos calosas.

Homens que deitam e que não sabem o que vai ter amanhã, porque temos a insensibilidade de um homem como Delfim Neto, que está usando e abusando desta Nação, deste povo ordeiro de nossa terra.

Mandar exército para bloquear um movimento sadio dos suinocultores paranaenses, é uma ofensa à própria sociedade, é uma ofensa à estabilidade democrática de nosso País.

É uma ofensa a nós que trouxemos os votos desses humildes que nos elegeram para defendê-los.

Onde está a sensibilidade dos ministros, que não fazem outra coisa a não ser planejar.

De que vale uma nação rica, de que vale uma nação procurando acertar a sua balança de pagamentos, e os suinocultores, os avicultores passando fome e às beiras da falência.

É isso que nós precisamos fazer urgentemente, uma reclamação e até enfrentar o próprio Poder Central, para dizermos um basta, para dizermos, Sr. Presidente, que basta de vexame para nós que fazemos parte do Partido do Governo.

Como poderemos enfrentar em 82 este povo? Faço uma pergunta ao Ministro Delfim Neto: qual é o segmento da sociedade brasileira, que está satisfeita com sua política?

De que vale uma Nação rica, de que vale uma Nação poderosa se seu povo passa fome? Se seu povo neste submundo não pode nem criar porco.

E nós, que vamos pleitear votos daqui a um ano, daqui a dois, qual seria a nossa coragem de chegar perante essas famílias, perante esses pais de famílias que hoje estão sendo ameaçados pelo Exército. Porque querem uma justiça, clamam por justiça.

Por que o Sr. Delfim Neto não tabela o preço da carne do boi? Porque interesses outros, que não podemos dizer neste momento, mas que diremos oportunamente. Porque a carne de gado está à vontade no seu preço e a carne do suíno tabelada por esses homens que não entendem nada, a não ser fazer a burocracia no seu escritório.

Vemos nos supermercados as multinacionais vendendo carne de suíno a Cr\$ 162,00 o quilo com osso, e não podemos pagar a setenta para os suinocultores. É uma aberração.

Teremos vergonha de pedir voto aos agricultores oportunamente e que sirva de observação. Mesmo que, para isso, o Sr. Comandante da Região mande me interditar, mas a verdade é essa. Não se pode tripudiar sobre os homens que estão lutando pelo bem estar de sua terra e de sua gente.

Vejam primeiro os calos nas mãos destes homens, destes homens que estão lutando contra o poderoso Delfim Neto.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

A situação nacional é constrangedora, principalmente, Sr. Presidente, quando um Senador da ARENA, da antiga ARENA e que se bandeia para um dos partidos alternativos de oposição, José Frageli, declara o seguinte: "Finada a Revolução". Até o esquecimento poderia cair sobre ela, mas não esta afronta que a humilha. Para mim a nomeação de Pedro Pedrosian é também o sepultamento da Revolução pelo ridículo. E pelo ridículo também cai a Revolução do Paraná, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, quando o Exército no Paraná, busca dissolver o movimento da suinocultura, um movimento pacífico dos agricultores, e diga-se de passagem dos pequenos agricultores, dos maiores produtores deste País, é porque realmente a falência está declarada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, pasmem os jovens que compõem a maior massa de pensadores deste País. Cai o Ministro de maior cultura talvez que o Ministério já teve. E pretendem agora marchar contra os agricultores, que, diga-se de passagem, confundem-se com pequenos agricultores, porque não há neste País, Sr. Presidente, suinocultor que não seja no míni-

mo pequeno agricultor. E a suinocultura é uma forma alternativa econômica de buscar reparo na própria política econômica do Governo.

E é lamentável que tenhamos de vir a esta tribuna para encetar um protesto veemente em favor daqueles que já estão claudicando há muitos e longos anos, através de uma política sem precedentes na História do Brasil - a política do desastre econômico, dos milagres; a política que muitas vezes confunde comunismo com reivindicações de direitos.

E é com este espírito, Sr. Presidente, ainda quase sem condições de saúde de ter vindo a esta Assembléia, mas não suportando ver as notícias da imprensa e as notícias de televisão, de que teria o Comando da 5a. Região Militar deslocado um contingente para dissolver o movimento pacífico dos suinocultores.

São sindicatos ligados a 17 entidades de trabalhadores rurais, associações dos criadores de suínos do Paraná e a associação também de avicultores que estão interligadas com o movimento dos suinocultores.

Sr. Presidente, é contrangedora a situação do povo paranaense e o que nós estamos a assistir é um palco de contradições; é um movimento que o Governo vai contra aqueles que lhe sustenta, contra a agricultura, contra a suinocultura, contra a própria economia do Estado do Paraná.

Sr. Presidente, é insuportável o clima que as autoridades estão criando para os homens que produzem para o Estado do Paraná.

Por esta razão, Sr. Presidente, neste breve protesto, subi à tribuna para dizer, em nome de quantos me telefonaram, vim aqui dizer que não vão arredar, mesmo com o Exército às suas portas com as armas a lhes ameaçarem. Não arredarão e nós também, se preciso for, Sr. Presidente, ainda que os 39 graus de febre nos impeçam, mas lá estaremos provavelmente ainda hoje, para dizer que não arredem mesmo, porque o Governo precisa ser derrubado pelos movimentos daqueles que produzem. E que muitas vezes o dinheiro é carregado para os cofres públicos e é malversado em negócios que a Nação inteira está a reclamar.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — No horário reservado às lideranças, concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos, pelo PMDB.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. "A "mão estendida" do Governo é realmente para castigar o povo brasileiro, e não para o diálogo, ou para tentar as soluções dos seus problemas.

Assim foi no triste teste, quando da greve dos metalúrgicos, onde os sindicatos foram maculados pelas forças policiais, autoridades apanharam em plena rua, somente porque tentavam resolver os problemas de uma classe que trabalha desesperadamente para poder se manter enquanto a multinacional se locupleta de toda a riqueza pelos mesmos produzida.

Hoje, com espanto, vemos que a mão do Governo também se estenderá para o suinocultor do Oeste e Sudoeste do Paraná, não para resolver o seu problema, mas para fazer calar a sua voz reivindicatória, através do movimento "TRABALHO E JUSTIÇA".

Ao pedido do Arcebispo de Curitiba, Presidente da CNBB, Região Sul, Dom Pedro Fedalto, que dizia: "que as autoridades reconheçam a justeza e a urgência de suas reivindicações e os atendam no mais curto espaço de tempo possível", foi dada a resposta: "o Comando da 5a. Região Militar está deslocando tropas do Exército para a efetivação de medidas necessárias em complementação à ação da Polícia Militar e por fim à situação anormal e profundamente lamentável."

Acrescenta a nota que os instigadores, sejam quais forem,

serão presos em flagrante, para responder o competente inquérito a ser instaurado pela Polícia Federal.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. É nosso dever indeclinável nesta manhã, fornecer o nome e o paradeiro dos instigadores do movimento "TRABALHO E JUSTIÇA", que se desencadeia no Oeste e Sudoeste do Paraná, e isso fazemos para que não só o povo do Estado, mas também o povo brasileiro, tome conhecimento: o primeiro chama-se AMAURY STÁBILE, hoje Ministro da Agricultura, o qual por sua incompetência tem agravado a situação não só da agricultura neste País, mas também a situação de todo o povo brasileiro, e foi por esta razão que esta Assembléia Legislativa votou um pedido para que o Sr. Presidente da República o exonerasse do cargo.

O Sr. Ministro estará em Apucarana e o Exército poderá prendê-lo facilmente, pois ele estará num banquete naquela cidade, gozando das mordomias que o seu cargo oferece, enquanto o suinocultor paranaense estará reivindicando melhoria do preço de seus produtos.

O segundo que poderá e deverá ser preso é o Sr. Delfim Neto, o qual todos os brasileiros o conhecem e seu domicílio é o Ministério do Planejamento, em Brasília, quando o mesmo não está negociando nossas riquezas com empresas multinacionais, e entregando as nossas riquezas aos estrangeiros.

Mas aqui gostaríamos de dar também uma terceira pista que é a prisão de um modelo econômico falido, que se implantou pela ditadura de 64, e que os nossos governantes não têm como modificá-lo, o que seria fatalmente a solução de todos os problemas brasileiros.

É isso que realmente deveria ser feito, pois prender quem reivindica setenta e cinco cruzeiros por quilo da carne do suíno, quando no mercado o preço chega a quase duzentos cruzeiros, quando seu custo, Sr. Presidente, para o produtor, é de sessenta e três cruzeiros, e o Governo prometeu apenas quarenta e oito cruzeiros, quinze cruzeiros a menos do que o custo de produção.

Prender quem quer uma campanha nacional de consumo de carne e derivados de suínos; prender quem quer vigilância sanitária permanente e tratamento profilático, com vistas a controle de doenças que prejudica uma atividade e dificulta a introdução do produto brasileiro no mercado; prender quem deseja um controle rígido de intermediação alarmante e criminosa, hoje constatada entre o valor do preço que o produtor recebe e o cobrado do consumidor; prender quem deseja uma política de vigilância de preços de produtos necessários à criação de suínos, através de rígido controle do CIP; e, enfim, prender quem deseja um preço justo pelo seu produto, é simplesmente querer exterminar com o nosso agricultor que a esse tipo de produção se dedica, e fazer voltar às mãos dos estrangeiros o mercado do suíno, como já foi tentado em 1978, quando da famosa peste "suína africana", que não teve outra finalidade se não exterminar o nosso rebanho.

E aqui, Sr. Presidente, gostaria também, desta tribuna, fazer a seguinte pergunta: qual a posição oficial do Governo do Estado do Paraná, representado pelo General-Interventor Ney Braga? Se vai realmente ficar do lado do produtor da nossa terra, como a imprensa amplamente tem noticiado, ou se vai ficar em cima do muro, esperando que as coisas aconteçam, como ocorreu quando do evento dos agricultores de Itaipu, em Santa Helena?

Neste episódio, Sr. Presidente, o Sr. Ney Braga não pode fazer o jogo de cintura, aliás, no que é muito hábil e especialista, tem que tomar uma posição: ou mostra claramente a todo o povo do Paraná que é o representante do sistema opressor de 1964, ou fica do lado do povo de sua terra, que luta pelos seus direitos, que fazem deste Estado o progresso.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. DARCY DEITOS — Primeiramente ao Deputado Gilberto Carvalho, depois concederei a Vossa Excelência.

O Sr. Gilberto Carvalho — Nobre Deputado Darcy Deitos, Vossa Excelência traz à tribuna, hoje, um assunto bastante sério e que preocupa a todos nós.

Concordei inicialmente com sua fala, mas em todos os pronunciamentos de Vossa Excelência, parece que o nome General é pejorativo.

Na realidade, o Governador Ney Braga é um homem vindo das Forças Armadas, e que hoje se identifica mais com o civil do que com o próprio militar, pela sua vivência, pelo seu trabalho prestado como Prefeito, como Deputado Federal, como Senador, como Ministro duas vezes, e como Governador, duas vezes, e sempre eleito pelo povo.

Nesta última indicação, eleito indiretamente, porque é o sistema que estava em vigência, e não teve outra forma.

Mas, se a eleição fosse direta, todos sabem que ele teria condições de disputar as eleições e vencê-las.

Foi recebido com satisfação pela maioria dos paranaenses, e a demonstração foi dada, na mesma eleição que nós disputamos, procurando o voto junto ao povo em cada município, e trouxemos para esta Casa a maioria da bancada ligada ao Governo Ney Braga.

Mas, nobre Deputado, sabe muito bem Vossa Excelência que o Governador Ney Braga não está alheio, não está em cima do muro, não.

Sabe que ele tem feito contato. Foi a Brasília, recentemente.

Sabe Vossa Excelência que foi também uma Comissão de Deputados paranaenses, federais e estaduais.

E sei os termos da conversa entre os Deputados e o Ministro.

O Ministro chegou a dizer para um Deputado desta Casa que se não tivesse preço mínimo até à tarde, ele tomaria outras medidas.

Veio o preço mínimo.

Sabemos que é um verdadeiro absurdo. Nessa parte concordo com Vossa Excelência. Por que preço mínimo? Com base no que quarenta e oito cruzeiros?

Porque, quando se faz o preço mínimo deve ser o mesmo baseado em alguma coisa.

Gostaria de saber em que foi baseado esse preço de quarenta e oito cruzeiros, se o custo é muito mais.

Não existe controle algum. Vossa Excelência colocou bem.

Na minha Região, a semana passada, vendia-se a carne do suíno a setenta e cinco cruzeiros o quilo, no varejo.

Aqui, em Curitiba, está a cento e oitenta cruzeiros. A diferença é muito grande. É preciso que tenham cuidado, que incentivem, que estimulem, que se dê melhores condições ao produtor.

Concordo com Vossa Excelência quando defende a classe produtora, e todos nós estamos interessados em solucionar os seus problemas.

Mas, quero afirmar a Vossa Excelência que o Governador Ney Braga está interessado, está procurando solução para o problema, não está alheio.

Claro que não vem à tribuna, nobre Deputado, mas vai direto à fonte. E é isso que ele tem feito.

É isso que queria trazer ao conhecimento de Vossa Excelência.

Muito obrigado.

O SR. DARCY DEITOS — Agradeço, Deputado Gilberto Carvalho.

Mas, responderia o aparte de Vossa Excelência da seguinte forma: é evidente que não temos nada contra general

nenhum, contra a figura do militar que é também brasileiro.

Mas, este País é um País de generais, e o General Ney Braga é o Interventor do Paraná.

Interventor do Paraná, para mim ilegítimo porque não teve o voto do povo.

Mas, falava eu, anteriormente, que cobramos do Governador Ney Braga uma posição oficial.

Por que, onde está Sua Excelência colocando sua influência de Governador, para tolher o deslocamento de tropas para o Oeste e Sudoeste?

E agora mesmo recebi um telefonema dessa área, que um tenente correu todas as posições de bloqueio nas estradas, a questão de meia hora, dizendo que, se dentro de 2 horas, eles não saírem do bloqueio todos irão presos. Ameaçam o produtor da área, nobre Deputado.

E isso tenho que cobrar, desta tribuna, do General Ney Braga, porque ele tinha influência suficiente para exigir que a 5a. Região Militar para lá não deslocasse tropas.

Tinha que exigir um outro posicionamento do Governo Federal, e não o fez.

Submeteu-se ao Sr. Delfim Neto, a um preço escorchantes, que é um verdadeiro roubo.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Com todo respeito, quero dizer que é compreensível o esforço que faz o Deputado Gilberto Carvalho em proteger o seu superior hierárquico.

Agora, o que não dá para entender é que, neste País, onde a violência cada dia mais está sofisticada, e o regime de exceção está aí, com todo seu aparato, acionando-o em todos os momentos.

Pergunto ao Governo: o que se fez com o caso da Freguesia do Ô?

Onde está a punição dos atentados terroristas que aconteceram, neste País?

Onde estão presos os que fizeram negociatas na Bolsa de Valores, com o problema do preço do café, no exterior, com o problema da bauxita que agora está sendo vendida? Onde está a punição dos hotéis do Nordeste, do acordo nuclear?

Pois bem, quando os agricultores, pacíficos e ordeiramente e acabo, neste instante de receber um telefonema da área do eminente Deputado Nilso Sguarezi, dizendo que, lá, nenhum agricultor, ninguém que faz parte do movimento, porta qualquer tipo de arma e nem toma alguma gota de álcool, seja de que espécie for.

É assim que eles vão enfrentar o aparato bélico que está marchando contra eles.

Esta é, Deputado, a posição do Governo.

Aos agricultores responde com as armas e com a opressão.

As reivindicações expressas, eles menosprezam, à justiça e aos movimentos eles respondem com as armas, no entanto há os que explodem as vidas pacíficas e não se punem e vivem a dizer a todo canto, que há comunistas por todo lado.

Só que estão sofisticados, que comunistas - está acontecendo neste País uma falsidade dos mais altos escalões até os menores.

Nós estamos todos quase, faltando com a verdade ao povo brasileiro.

Nós não estamos sendo patriotas, nós não estamos respeitando a dignidade do trabalhador brasileiro, essa é a verdade, Deputado.

E o que devemos fazer? Agora se bloquearem com as armas, deveremos bloquear a produção, deveremos plantar unicamente para o nosso consumo.

Quero ver aonde os poderosos irão buscar os seus alimentos. Assim é que deveremos responder, pacífica e orde-

ramente, mas não produzir para o mercado internacional e nem para a mesa dos opulentos.

Muito obrigado.

O SR. DARCY DEITOS — Agradeço o seu aparte, Deputado Fidelcino Tolentino, e o incorporo a este pronunciamento que é oficial da Bancada do PMDB, porque falo em nome da Liderança do PMDB.

Mas, Sr. Presidente, para encerrar, queria dizer também que qualquer ocorrência mais grave na área, com mortes que poderão ocorrer, porque os agricultores não vão arrear o pé, o grande responsável por esse evento, se ocorrer, e aqui desta tribuna tem que se responsabilizar o grande responsável, se isso ocorrer, será o Governador Ney Braga, que não tomou as medidas necessárias para defender a gente da sua terra.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Basílio Zanusso) No horário reservado a Liderança, concedo a palavra ao Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(LÊ): "A agricultura e a pecuária sobrevivem traumatizadas pela insensatez e incompetência dos organismos ditos responsáveis pela programática e ordenação do setor.

O Modelo de Desenvolvimento Agrícola, alicerçado nos princípios do crédito farto e abundante, frustrou a exemplo do Modelo Econômico Brasileiro as expectativas até mesmo de seus interlocutores. A despeito da liberação de vultosa soma de recursos subsidiados tidos como fecundos na fase de planejamento, não pariu na sua execução o filho pródigo da hipocrisia tão esperado pelos fantasmagóricos mentores do milagroso Plano Nacional de Desenvolvimento.

O indecoroso charlatanismo continua utilizando o crédito como principal indutor da atividade agrícola e pecuária, quando esta, ao nosso ver, deveria ensinar preços compensadores ao homem do campo. O crédito fácil não implica, necessariamente, no aumento da produção; entendemos que ele só oferece resposta satisfatória na conjuração de um eficiente trabalho de pesquisa, assistência técnica e extensão rural.

Não negamos anterior preocupação do Governo em estabelecer este tripé e, se não fosse a inabilidade de seus signatários com toda certeza teria conseguido.

A negligência estabelecida acerca de uma melhor distribuição de variedades genéticas apuradas, da ausência de divulgação no uso mais adequado dos fertilizantes e defensivos da inexistência de serviços básicos e fundamentais prestados pelo Governo ao pequeno agricultor, bem como a falta de informações descomplicadas sobre o comportamento dos mercados e a falta também, de ensinamento sobre forma simples de trabalho, são efetivamente, as razões básicas que justificam o fracasso desta fanfarrônica rompante.

O péssimo desempenho do setor agropecuário, apesar da existência de crédito fácil e opulento se deve à inabilidade daqueles que, delineando o plano, almejavam objetivo algum, ou então, estiveram até aqui inclinado na defesa dos interesses excluídos à causa nacional.

A intentona antinacional e oportunista ficou evidenciada quando técnicos judiciosos demonstraram que a liberação indiscriminada do crédito rural a taxas, favorecidas, levariam os agricultores a efetuarem investimentos sem a necessária valiação em torno da representatividade dos custos.

Demonstraram também que nos períodos de aceleração do ritmo inflacionário, esses recursos eram desviados para aplicações especulativas do mercado financeiro. Pior que a utilização dos recursos subsidiados na especulação do "OPEN-MARKET", foram as aplicações deste no mercado imobiliário com vantagens de todos os lados. Houve até uma corrida do ou-

ro na compra da propriedade rural, não para produzir, mas sim para ter acesso ao sistema nacional de crédito rural, e a isto se deve a conseqüente elevação repentina dos preços da terra. O privilégio que possibilitou a poucos utilizarem o crédito agrícola subsidiado como fundo de reserva especulativa, para se defenderem da depreciação da moeda, traduz hoje o prejuízo de centenas e milhares de pequenos produtores rurais que vivem exclusivamente de suas atividades no campo.

Multiplicadas as linhas de crédito para investimentos fixos, multiplica-se também de maneira diretamente proporcional, a ociosidade das máquinas e implementos agrícolas deste que a produtividade não cresça na proporção dos investimentos fixos. Na mesma maneira, tem crescido o desperdício de corretivos, inseticidas e fertilizantes, produzindo assim resultados negativos e sérios problemas para a Nação.

A generosidade creditícia a despeito da modernização da agropecuária brasileira, se medida pela quantidade de insumos e equipamentos introduzidos no setor, evidencia uma preocupação muito mais uma de suas gloriosas desventuras.

Vem aí o receituário agrônomo.

Vejamos como funciona na prática, esta espanholada rompante:

O agricultor fica impedido de, livremente, comprar os defensivos que necessita, a não ser através de um receituário fornecido pelo Dr. Engenheiro que a respectiva lavoura não conhece e nunca viu.

Esta intentona do oportunismo não se explica de maneira convincente o funcionamento do esquema que exige do agricultor a elaboração de um projeto feito e faturado pelos bajuladores do poder que, credenciados junto às instituições financeiras, homologam o financiamento de custeio da lavoura, do pobre agricultor, que lhes paga uma significativa importância por uma simples assinatura do todo poderoso senhor.

Este sistema holigopolista, quer quebrar o pequeno distribuidor, da mesma forma que quer deixar desempregado centenas e milhares de técnicos agrícolas.

Um agricultor, por exemplo, não poderá mais fazer tratamento fitossanitário de caráter preventivo. Quando ele desejar defender sua lavoura dos insetos e percevejos, será obrigado, antes, a consultar o doutor engenheiro para que este mesmo, sem conhecer o nível de infestação, fala o receituário em troca de uma generosa colaboração. Na hipótese sempre provável do agrônomo estar ausente, o agricultor se vê obrigado a voltar um outro dia, sem considerar como fato mais grave, que o Brasil não dispõe de tantos agrônomos quanto seria necessário para um funcionamento razoável do sistema.

A concentração do poder de decisão na mão de poucos, amplia a facilidade de trânsito da corrupção, e perguntamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quem nos garante que as multinacionais não poderiam influir na opção ilícita que o produto indicar ou manter aquecido o setor industrial, de que propriamente desenvolver a dinâmica da agropecuária no Brasil.

O subsídio exagerado destinado a subvencionar a aquisição de máquinas e implementos, exacerba a demanda e estabelece uma falsa imagem estatística de que o setor esteja se capitalizando rapidamente, quando na verdade verificamos um aumento na ociosidade dos equipamentos novos e uma maior depreciação dos antigos, com sérias agravantes na composição do custo social.

Lamentável dizer que nossas melhores oportunidades de desenvolvimento agropecuário foram tragadas num sorvedouro originado no desconhecimento dos planejadores acerca do estado ecológico do solo, das variações climáticas, das tendências lógicas do mercado, que impunham uma indispensável regionalização da atividade produtiva. A estes fatores se associam também os reflexos da estrutura fundiária, da locação inadequada de mão-de-obra, do baixo índice de capitalização do empresário rural provocado ora pelo confisco ora pelos finan-

ciamentos subsidiados e também as implicações decorrentes das precárias condições de habitação, trabalho, educação e saúde do homem do campo.

O elevado grau de incerteza que tem caracterizado as atividades agrícolas e pecuárias, por si só já justificam a necessidade de um programa de ação conjunta que estimule a pesquisa de variedades genéticas (animais e vegetais), mais adequadas às nossas condições edafoclimáticas. É preciso estabelecer um programa que possibilite o uso correto e inadequado de defensivos e fertilizantes, é preciso pois, muito trabalho e dedicação.

Somos favoráveis à adoção de medidas que venham efetivamente barrar as anomalias reinantes no setor; não concordamos que homens distraídos e alheios à realidade dos fatos, tecnocratas confinados em gabinetes sem o menor conhecimento de causa e efeito, tentem agora complicar ainda mais a vida do homem do campo, como se ele fosse o culpado pelo fracasso do Modelo Agrícola Brasileiro".

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento).

Nós agradecemos a Vossa Excelência, Deputado Edilson, porque o vemos também lutando em favor da nossa gente.

Só apenas para procurar dar a nossa pálida observação no seu discurso, quando se fala na pecuária, na grande pecuária. Queríamos uma solução urgente, uma solução que iria, e poderíamos até fazer uma sugestão aqui desta Assembléia para o Ministro Delfim Neto, que ao invés de só lidar com o gado, que lide com suíno e depois, veremos miraculosamente os preços se equilibrarem.

Então é isto, e o problema está aí.

Como disse o Deputado Darcy Deitos, ao invés de botarmos o bicho na cadeia, a solução está aí, que se lide com o porco também, que não lide só com o gado, que não mande pessoal nosso, do Norte Pioneiro, comprar 400 mil cabeças de gado para ele, porque aí é sustentado o preço no mercado nacional e das multinacionais.

Então é esse o problema. Vossa Excelência está com a razão, e apenas para dar o meu parecer simples, de um homem humilde da roça. Era só sensibilizarmos ao grande homem, ao todo poderoso da nossa Pátria, que também lide com a suinocultura e veremos então, o preço do suíno ir para o seu preço real. Ou então a sugestão do Deputado Darcy Deitos, de botarmos o bicho na cadeia, porque não é mais possível.

Muito obrigado.

O SR. EDILSON ALENCAR — Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Com o aparte o Deputado Fidélino Tolentino.

O Sr. Fidélino Tolentino — Agradeço a Vossa Excelência.

Somente que eu, até com certo constrangimento, tenho que desconfiar de Vossa Excelência, porque não há no País, ainda, uma norma disciplinadora do receituário agrícola. E não há qualquer norma do Direito Positivo, que regule a matéria.

Mas acho e tenho proclamado, e não só eu que tenho proclamado, tenho até me convencido de que os engenheiros agrônomos e os técnicos da área, os técnicos de solo, geólogos, técnicos em geologia, acham que é absolutamente indispensável o receituário agrícola, agora precisa ter critério para não haver abusos.

Porque o que está acontecendo no País, Deputado, é o uso indiscriminado de defensivos agro-químicos. E isto dá um prejuízo incrível para o Estado, primeiramente porque ao Estado compete preservar as suas riquezas da crosta terrestre, sobretudo aquelas agricultáveis. O humus terrestre. Afinal, tem interesse na preservação de todo solo produtivo, porque daí é que sai o alimento para toda a Nação, inclusive para outros

países. E o uso indiscriminado desse tipo de corretivos, defensivos, fertilizantes, pesticidas com base agro-química, evidentemente que cria uma limitação na produtividade do solo, com o correr do tempo. Fora isso, há o problema ainda do equilíbrio ecológico.

Então, o receituário agrícola é uma forma normativa de disciplina do uso do solo. Isto é necessário, sabemos, na Europa existe. Aqui no País há uma exigência, embora de natureza formal interna do Banco do Brasil, de um receituário, através dos engenheiros agrônomos. E há associações, como existem também na Ordem dos Advogados, a exigência para que alguns sejam defendidos por advogados nomeados, indicados, e evidentemente não podemos descurar de uma realidade, que é palpável.

Agora, não podemos ser nem tanto ao mar quanto à terra, como Vossa Excelência parece apregoar. O que precisamos é uma norma disciplinadora, para que haja uma perfeita consonância com os interesses do Estado e com os interesses do próprio agricultor.

Muito obrigado.

O SR. EDILSON ALENCAR — Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Para finalizar, Sr. Presidente, gostaria que a nossa presença na tribuna hoje, principalmente a sugestão por nós feita, pela Associação de Técnicos Agrícolas do Oeste do Paraná, que possui a sede na cidade de Vossa Excelência.

Mas, gostaria de dizer também, que o receituário agrícola é hoje o "bicho-papão" do agricultor paranaense.

Vejamos por exemplo, Sr. Deputado Fidélino Tolentino, no município onde não existir agrônomo? Como ficará a situação do lavrador, que tem a sua lavoura sendo infestada por bichos e por pragas? Terá que ir até o município maior, para encontrar um agrônomo, levá-lo até sua lavoura e lá o agrônomo verificar a lavoura, voltar para a cidade, pegar uma requisição e ainda comprar com o receituário.

É realmente um grande tumulto.

E a vida do lavrador, ficará cada vez mais tumultuada e mais apavorada.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Basílio Zanusso) Consulto à Liderança do PTB, se deseja fazer uso do seu horário.

Tendo declinado, consulto a Liderança do PDS. (Declina). Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 61/80, (Mens. Govern. nº 65/80), que aprova convênio nº 27/80, celebrado entre o Estado do Paraná, o Ministério do Interior, a Secretaria do Planejamento da Presidência da República e a Prefeitura de CURITIBA, que com a interveniência e coordenação de Órgãos que especifica, objetiva execução da programação de investimentos urbanos da Região Metropolitana de Curitiba. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 61/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio n.º 27/80, celebrado em 05 de setembro de 1980, entre o Estado do Paraná, o Ministério do Interior, a Secretaria do Planejamento da Presidência da República, e a Prefeitura Municipal de CURITIBA, com a intervenção do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, da Secretaria de Estado do Planejamento e da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, objetivando a execução da programação de investimentos urbanos da Região Metropolitana de Curitiba para o exercício de 1980.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 1980.

(aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 62/80, (Mens. Govern. n.º 66/80), que aprova o Convênio n.º 01/80, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de IRETAMA, objetivando a execução de obras de implantação do Terminal Rodoviário de Passageiros da sede do referido município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 62/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio n.º 01/80, celebrado em 07 de agosto de 1980, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de IRETAMA, objetivando a execução de obras de implantação do Terminal Rodoviário de Passageiros da sede do referido município.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 1980.

(aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

O SR. PRESIDENTE — (Basílio Zanusso) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 95/80. — **Aprovado.** — Ao Departamento

Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Gilberto Carvalho, Antônio Facci, Augusto Carneiro e Francisco Escorsin, constante do expediente, solicitando a inclusão na Ordem do Dia da próxima sessão, do Projeto de Lei n.º 65/79. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para os Projetos de Lei n.ºs 166 e 167/80. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei Complementar n.º 130/80. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Resolução n.º 64/80. — **Aprovado.**

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Basílio Zanusso) Deferido. Será procedida a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

4 Srs. Deputados aprovam; 2 Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 01 de dezembro, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 150/80 e de Resolução n.ºs 313/77 e 65/80.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 60/80.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 34, 95/80 e 65/79, e do Projeto de Lei Complementar n.º 130/80.

Levanta-se a Sessão.